

## **COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

### **REQUERIMENTO Nº , DE 2003**

(Da Sra. Terezinha Fernandes e do Sr. Luciano Zica)

*Requer que seja convidado o Ilmo. Sr. Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica para, em audiência pública, prestar esclarecimentos nesta Comissão sobre o cumprimento das metas dos contratos de concessão e a situação das empresas de energia sob intervenção da Agência.*

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeremos a Vossa Excelência que seja convidado o Ilustríssimo Senhor Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL – para, em audiência pública, prestar esclarecimentos à esta Comissão sobre a atuação da Agência, especialmente no que se refere ao cumprimento das metas dos contratos de concessão, à situação das companhias de energia estatais e das empresas sob intervenção federal.

### **JUSTIFICATIVA**

É fundamental que o Poder Legislativo Federal debata a situação em que se encontra o setor energético do país. Trata-se de um setor vital para a economia, que impacta a vida de toda a população brasileira. Nos últimos anos ocorreram mudanças substantivas na organização do setor, além de graves problemas no fornecimento de energia.

Cabe à ANEEL a fiscalização das empresas que atuam no setor, especialmente no que concerne ao cumprimento das metas estabelecidas nos contratos de concessão. Vários problemas têm sido freqüentemente noticiados, o que requer posicionamentos da Câmara dos Deputados. Além dos problemas gerais, há casos específicos, como o da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR – sob intervenção da ANEEL, depois de um desastrado processo de privatização que colocou em risco a sobrevivência financeira e o conseqüente fornecimento regular de energia à população. Neste caso, chama a atenção a constatação feita por um Procedimento Administrativo da ANEEL que apontou: “a crítica situação financeira pela qual foi acometida a CEMAR teve como causa não o racionamento, mas sim a gestão financeira da concessionária no período compreendido entre a privatização e a intervenção”. Diante disso, estranha-se que nenhuma sanção tenha sido aplicada à *PPL Corporation*, empresa que adquiriu e depois se desfez do controle acionário da empresa deixando um rastro de caos administrativo e financeiro.

Justifica-se, pois, plenamente a presença do Diretor Executivo da ANEEL na Comissão de Minas e Energia para prestar as informações que a situação requer.

Sala da Comissão, em de 2003.

**Deputado Luciano Zica**  
**PT/SP**

**Deputada Terezinha Fernandes**  
**PT/MA**